

Industrialização, planejamento estatal e o paradoxo da economia cearense

Washington Luís de Sousa
Bonfim(*)

RESUMO

O *paper* procura identificar alguns dos fatores estruturais que facilitaram a ascensão, ao poder Executivo, do grupo de empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC). A argumentação, dividida em dois momentos, resgata parte da história econômica e da industrialização cearense e aponta como fator principal de indução à participação política dos empresários a forte presença de capitais locais na composição dos investimentos incentivados, via SUDENE/FINOR.

ABSTRACT

The paper tries to identify some of the structural factors that facilitated the ascension to the Executive power, of the enterprisers of the Industrial Center of Ceará group (CIC). The argument, divided in two moments, it rescues part of the economical history and of the industrialization from Ceará and it appears as main factor of induction to the political participation of the enterprisers to strong presence of local capitals in the composition of the motivated investments, through SUDENE/FINOR.

Palavra-chave: industrialização; incentivos fiscais; empresariado

Keywords: industrialization; tax incentives; business community

Introdução

O objetivo central deste *papar* é apontar algumas circunstâncias estruturais, que atuaram de modo a facilitar a ascensão ao poder do grupo de empresários liderados por Tasso Jereissati, no Ceará. Neste sentido, o que vamos buscar é o entendimento de como se constituiu o setor industrial daquele Estado, em suas características, áreas mais importantes e dinâmica. Para cumprir tal tarefa, esquematizamos a discussão em dois momentos distintos. O primeiro busca descrever os aspectos gerais da formação econômica estadual, até a década de 1950. No segundo, abordaremos o período que vai de 1960 até o início do primeiro governo Jereissati (1987–1990), procurando trazer à tona o processo de consolidação da industrialização cearense e da conformação das condições que possibilitaram o surgimento de Jereissati como líder do Executivo.

A discussão se baseia sobretudo na literatura regional sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste e a ênfase do debate concentra-se na compreensão de um certo paradoxo ocorrido como consequência do processo de intervenção estatal sobre o desenvolvimento econômico estadual: o setor têxtil e de confecções representou a um só tempo um obstáculo e uma possibilidade de superação do atraso relativo da economia estadual. A argumentação insiste, então, que é na predominância de capitais locais no investimento incentivado pela Sudene, que o Ceará encontrará o mais importante fator para a mudança política ocorrida a partir daquele ano.

A conclusão diz respeito a um certo aspecto singular da experiência recente do Ceará, que permitiu a criação de uma elite empresarial disposta ao embate político e também à tarefa de recuperação do setor público. A ascensão do grupo de CIC ao poder representa, então, uma ruptura com a situação de modernização de superfície característica das velhas estruturas de poder tradicional.

Aspectos gerais da formação econômica cearense

O Estado do Ceará teve um povoamento tardio, no contexto do desbravamento do território nordestino. Vários fatores concorreram para este atraso: a existência

de uma população nativa arredia; as peculiaridades de correntes aéreas e marítimas que obstavam o acesso à costa; as ocupações holandesas dos anos de 1637 a 1644 e de 1649 a 1654; e, de um ponto de vista comercial, a aparente invisibilidade da região, sem minerais, e com clima e solo desfavoráveis à produção de cana-de-açúcar.

A ocupação do território ocorreu por volta de 1680¹ e, segundo Girão (1986), *“o processo de povoamento do Ceará vai caracterizar-se no sentido do pastoreio, derramando-se, sem dados ou hiatos, fazenda ligada a fazenda, cobrindo o território até os confins, através da intrincada rede de rios e ravinas”* (Girão, 1986, p. 106). É neste processo que a estrutura fundiária do Estado, caracterizada por forte concentração da propriedade, vem à tona.

Do ponto de vista da exploração econômica da terra, esta estrutura fundiária esteve a serviço da principal cultura cearense no início de sua colonização, a pecuária, praticada rústica e extensivamente. Neste momento inicial, toda atividade agrícola estava vinculada apenas à sobrevivência das populações envolvidas com a criação de gado. Desta realidade surgem duas características que nos servem para apresentar os traços iniciais em que foi baseada a exploração econômica do solo do Ceará: o absentéismo e a criação de um segmento de homens livres.

Contudo, a atividade da pecuária só foi expressiva para a economia local até o final do século XVIII. Neste período, além do couro, desenvolveu-se forte comércio de charque, outro produto derivado. Mas, entre os anos secos de 1790 e 1793, deu-se a completa desarticulação das chamadas *traqueadas* que migraram para o sul do País.

O surgimento da cotonicultura também explica o declínio da pecuária. Introduzido no Estado no ano de 1777, o algodão ganhou grande impulso com a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1777 a 1780). A expansão do parque têxtil europeu exigia a importação do produto, cujo principal fornecedor era aquele país. As exportações brasileiras recebeu sensível elevação nesse período, beneficiando principalmente Pernambuco, ao qual o Ceará esteve vinculado administrativamente até 1799. O período de *boom* foi curto e só durou até 1822, quando, além da diminuição nas quantidades exportadas, ocorreu também uma queda no preço internacional.

1 Do ponto de vista geopolítico, o Ceará fez parte do Estado Maranhão e Grão-Pará de 1621 a 1656 e depois do Estado de Pernambuco até 1799.

No que diz respeito à mão de obra, é impossível afirmar a inexistência de controle repressivo sobre o trabalho. Autores cearenses (Porto Alegre, 1989/90; Pinheiro, 1989/90) demonstram dois aspectos importantes das relações de trabalho no Estado. O primeiro foi a existência importante do homem livre naquela sociedade. Esta importância pode ser avaliada sob diversos ângulos, entre eles, a convivência não conflitiva entre este tipo de mão-de-obra e a escravidão.

Segundo Pinheiro (1989/90), o elemento negro teve uma existência, de certa maneira, pouco expressiva no contexto da economia estadual. Como exemplo, na segunda metade do século XIX, quando um novo período de crescimento da economia se fez sentir, com o renascimento e a expansão da cultura do algodão e o aparecimento do açúcar e do café como produtos de exportação, o tráfico interprovincial de escravos tornou o Ceará um virtual exportador de negros, cedendo para outras províncias cerca de 16.000 cativos. Assim, o homem livre passou a representar um elemento fundamental na dinâmica econômica cearense, em razão da escassez do fator trabalho.

A tentativa de resolver estes problemas de mão-de-obra passa por duas estratégias distintas. Inicialmente, o controle do acesso à terra é um mecanismo eficaz no sentido de solucionar a escassez de braços da economia do Estado. A *maradadecondição*, ou parceria, tornou-se o instrumento principal do proprietário para conseguir trabalhadores. Então, em troca da moradia em suas terras, o fazendeiro solicitava trabalhos, que lhe custavam apenas o preço da alimentação de seu pessoal. Por outra, a relação latifúndio/minifúndio também se transformou num meio para solucionar aquele problema. Deste modo, os pequenos proprietários, que viviam apenas de suas roças, produzindo para subsistência, vendiam sua força de trabalho aos grandes proprietários.

Especificamente em relação ao controle repressivo de mão-de-obra, o recrutamento, que consistia em obrigar os ociosos a obterem ocupação, surgiu como uma prática não eficaz e bastante problemática no sentido de solucionar o problema da escassez daquele fator.

Desta maneira, apesar da importância do homem livre na sociedade cearense, uma dificuldade sempre recorrente em sua economia foi o problema da falta de braços — recorrente em períodos de seca — que por vezes impediu o desenvolvimento efetivo do Estado. O que se pode concluir em relação ao ponto tem ligação

com o caráter fluido do sistema repressivo de controle da mão-de-obra do Ceará. A escassez do fator trabalho e o tipo de exploração econômica da terra concorrem para esta inferência, mas, além destes argumentos, a escravidão no Estado nos fornece sustentação.

O elemento escravo não se havia constituído como esteio da força de trabalho cearense. Segundo Girão (1988), a primeira característica importante neste contexto era a importação doméstica do negro. Bahia e Pernambuco constituíram os principais fornecedores do Estado.

Tabela 1.-População Livre e Escrava na Província do Ceará 1813- 1872

Ano	Líves Número	%	Escravos Número	%	Total
1813	131.537	88,5	17.208	11,5	148.745
1835	195.610	88,0	27.944	12,0	223.554
1858	453.918	93,4	32.208	6,0	486.108
1860	468.308	93,0	35.441	7,0	503.579
1872	689.773	95,6	31.913	4,4	721.689

Fonte: Pinheiro, 1989/90, p.204.

Decorre daí que a população escrava só tenha alcançado níveis significativos já no século XIX. É somente em 1819 que se dará o início da importação de escravos diretamente da África. Assim, conforme a Tabela 1, em 1835, a população de negros era de 27.944 almas, que compunham 12% de uma população de cerca de 220.000 habitantes. Em 1858, a população negra atinge 32.208 habitantes, no entanto, participa apenas de 6% da população total, em um contingente populacional da ordem de 486.108 habitantes. Em 1872, quando da Lei do Ventre Livre, o Ceará possuía 721.686 habitantes, dos quais somente 31.913, ou seja, 4,4%, eram escravos. Nesta mesma década, o Ceará inicia a exportação de negros para as lavouras de café, principalmente nos anos de 1877 a 1879, quando se abateu sobre o Estado uma de suas piores estiagens.

Os dados da Tabela 1 apresentam ainda a realidade declinante do ritmo da escravidão no Ceará, principalmente porque neste período há uma forte expansão da atividade agrícola do Estado, especialmente da cotonicultura. Assim, as condições para o desenvolvimento de um movimento abolicionista eram

bastante favoráveis². Como consequência, em 25 de março de 1884, o Estado proclama a abolição da escravidão para a população negra que se conservava em torno de 30.000 pessoas.

Enfim, a abolição da escravidão no Estado fornece um bom ponto para que se sustente a hipótese sobre a fluidez das relações de trabalho naquela economia. Neste sentido, a descrição até aqui realizada aponta duas características primordiais da colonização e constituição econômica do Estado e nos ajuda a estabelecer dois pontos iniciais.

Em primeiro lugar, em termos da colonização, poder-se-ia argumentar que esta foi decisiva, tanto por características climáticas, quanto por outros aspectos, como a geografia e as potencialidades agrícolas do solo, para conformar uma sociedade tipicamente periférica, que neste período, embora se encontrasse próxima da região mais importante da Colônia, não desfrutou de quaisquer privilégios em função desta circunstância. Resultou daí um sistema produtivo frágil, carente de quase todos os fatores que poderiam modificá-lo.

Segundo, em relação ao fator trabalho, a sociedade cearense não gozou plenamente certas características da economia brasileira. Em diversos momentos históricos, por exemplo, na época colonial e ainda no Império, se em Pernambuco e Bahia, sobravam recursos para a compra de mão-de-obra escrava, naquele Estado, a baixa capitalização de sua economia, que não estava voltada para o mercado exterior, impediu uma larga absorção deste tipo de força de trabalho. Além disso, o homem livre naquela sociedade não esteve todo o tempo à disposição do trabalho. Muitas vezes, este tentava fugir do castigo de estiagens.

Levando em consideração a discussão acima, é possível afirmar que o Ceará constituiu-se logo de início como um Estado periférico. Em termos políticos, apenas se emanciparia em 1799. Economicamente, esta posição decorria tanto da inexistência de plantios de cana-de-açúcar no território quanto das culturas implantadas, além, é claro, das seculares dificuldades climáticas e de mão-de-obra que marcaram a economia estadual até a 1ª República. Finalmente, do ponto de vista industrial, é possível também dizer que a incipiência e pequenez

da produção e dos capitais envolvidos tomam ainda mais relevante o argumento geral que se tenta levantar sobre a singularidade dos eventos cearenses a partir de 1987.

Dito de outro modo, parece significativo analisar o contexto em que surge um governo de características burguesas e modernas enraizado em um Estado em cujas raízes o industrialismo não constituía senão um traço bastante frágil e lateral da economia local, envolvida durante praticamente mais de sessenta anos deste século com problemas infra-estruturais importantes, como o de não poder contar com um fornecimento de energia que permitisse o desenvolvimento de atividades industriais de maior porte e significação econômica.

Neste sentido, como anota Nobre (1989), o período que denomina “proto-industrial” da economia cearense se inicia quase simultaneamente à mudança da forma de governo no País, com a implantação da Fábrica de Tecidos Progresso. Em todo o período anterior, “*a única atividade equipada com máquinas, no Ceará, foi a tipográfica, a qual regularmente desenvolvida para as condições da época*” (Nobre, 1989, p. 21).

A razão mais relevante apontada pelo autor para explicar esse desenvolvimento tardio da indústria no Ceará tem relação com o caráter majoritariamente exportador da mentalidade econômica do empreendedor local, que, sobretudo no caso do algodão, constituiu a grande fonte de progresso econômico estadual durante várias décadas, depois de diminuída a importância da chamada *civilização do couro*, que caracterizou a exploração da pecuária. Por outro lado, nunca é demais lembrar, essa ideia de uma economia majoritariamente exportadora apenas seguia a característica mais geral do modelo de inserção do país no contexto internacional, desde sua Independência (Fernandes, 1979; Santos, 1998)

A Fábrica de Tecidos Progresso representou porém um evento isolado no sentido da industrialização do Estado, que só veio a ter impulso definitivo já em 1965, quando chega a Fortaleza, no primeiro Governo de Virgílio Távora (1963 – 1967), a linha de transmissão Milagres – Banabuiú – Fortaleza, que ampliou a capacidade e a estabilidade do fornecimento de energia elétrica à Capital. De qualquer modo, o empreendimento do início

2 Conforme aponta CARVALHO, José Murilo (1988), a população escrava da maioria dos Estados nordestinos, tais como Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, também era muito pouco expressiva.

do século iria assinalar uma trajetória de industrialização essencialmente marcada pela presença dos setores têxtil e calçados como as principais atividades industriais do Estado.

Ainda para ilustrar esse aspecto da incipiência da indústria cearense, vale mencionar que em 1863 foi realizado o primeiro estudo sobre o setor, constante na publicação "Ensaio Estatístico da Província do Ceará" (apud, Nobre, 1989, p. 135). Apesar da fragilidade dos dados obtidos, é importante observar a seção "Resumo da Produção e Valor da Indústria Fabril". Nela, a indústria manufatureira estadual foi dividida em quatro grandes setores: extrativa, agrícola, criadora ou pastoril e, finalmente, fabril. O resultado do levantamento apontou três realidades que, novamente, apóiam a nossa descrição para o setor. Em primeiro lugar, a importância da indústria de calçados, que contava com mercados interno e externo. Depois, a caracterização dos instrumentos de trabalho utilizados apresentava a realidade de uma atividade quase inteiramente manual, no caso dos tecidos, por exemplo, os teares eram movidos pelas próprias teceadeiras e a costura, em geral, não se utilizava de máquinas, sendo também realizada à mão. Finalmente, tendo a Província cerca de 500.000 habitantes por volta do ano de 1860, nesse levantamento, se constatou que essas atividades eram majoritariamente compostas de mão-de-obra livre e que cerca de 55.000 pessoas nela encontravam emprego, sendo apenas 5.000 escravos. Deste contingente de escravos, 4.500 são apontados como sendo mulheres.

Um momento de impulso das atividades fabris no Estado ocorreu quando do estreitamento dos laços entre o Ceará e a Amazônia, durante o período de extração da borracha. Essa comunicação entre as duas economias e, sobretudo, o benefício trazido pela borracha à economia cearense decorreram da emigração verificada, que se iniciou por conta de estiagens que atingiram o Nordeste no final do século XIX. Ao fator climático aderiu o desejo governamental de povoamento da área de extração, no sentido de potencializar as possibilidades de lucro obtidas com a exploração do novo produto da pauta de exportáveis do país.

As relações econômicas então estabelecidas, de conexão da presença de cidadãos cearenses em solo amazônico, abriram caminho para que, através do comércio,

houvesse um incremento da manufatura cearense. Neste sentido, a fabricação de redes, a tecelagem de panos grossos, a confecção de objetos de couro, a preparação oficial de vários tipos de especialidades farmacêuticas, a metalurgia e o produto do artesanato foram muito beneficiados pela nova situação (Nobre, 1989, p. 189).

Neste sentido, é possível apresentar, para essa fase que vai dos primórdios da colonização do Ceará até os anos 1920, na vigência ainda da 1ª República, quatro pontos importantes de estrangulamento da atividade industrial do Ceará. Em primeiro lugar, a escassez de mão-de-obra, tanto, como vimos, pela reduzida presença do escravo naquela sociedade, quanto pelo problema da emigração, sobretudo para a região amazônica, já no final do século XIX, para a exploração da borracha. Por outro lado, a emigração também esteve vinculada às secas, que dizimavam os plantios, cultivos e cultura animais estaduais.

Segundo, a capitalização também contou como fator impeditivo para o deslanchar da indústria local. A vocação exportadora da economia, as dimensões do mercado interno e a importação da maioria dos bens de consumo demandados pela população deixavam poucos capitais para possível aplicação em atividades mais produtivas e com maiores perspectivas de criação de lucros.

Em terceiro lugar, do interior do Estado vinham novas pressões contrárias à industrialização, desta feita de ordem política. Em plena vigência do sistema coronelista (Leal, 1986), as rivalidades políticas, que descambavam para a violência da luta armada entre coronéis e facções políticas contrárias, e a presença do fenômeno do banditismo marcavam um clima pouco promissor às atividades comerciais, causando com isso a desorganização econômica do interior.

Finalmente, advinha do próprio governo uma atitude nociva ao desenvolvimento econômico estadual, pois além das reclamações sobre cobranças abusivas de tributos estaduais³, havia também inúmeras denúncias de irregularidades administrativas, dentre elas, uma das principais estava dirigida aos serviços alfandegários. Por outro lado, o Governo Federal não favoreceu a economia local, pois apesar de ter realizado algumas obras públicas, no período de 1890 a 1929, sua atuação, mesmo no

3. Nobre (1989) refere-se, a título de exemplo, ao aditivo sobre o Imposto de Indústria e Profissão, em 1907, durante o governo de Antônio Nogueira Acióli. Ver: Nobre, 1989, p. 190.

período de seca, segundo a literatura local, deixou a desejar. Aliás, registre-se o fato de que, à época, a grande política reativa aos infortúnios da seca era simplesmente o despovoamento da área afetada.

Como afirma Nobre (1989), a partir de 1921, com a intervenção de recursos federais aplicados pelo Presidente Epitácio Pessoa, a economia cearense ganha novo impulso, que irá marcar a história de sua industrialização até os dias atuais. Uma das causas gerais para essa nova dinâmica foi a introdução de aperfeiçoamentos técnicos no aproveitamento do caroço do algodão, retomando então o chamado *ouro branco* a se apresentar como o elemento dinamizador da economia estadual, “*com importância tanto para o setor agrícola como para o pecuário e, também, o comercial e o industrial, pois, se o cultivo teve melhor rendimento, o fazendeiro igualmente...*” (1989, p. 221 – 212). Essa nova fase do algodão envolveu não apenas a sua utilização para fins têxteis, como também o emprego do caroço para fins de alimentação do gado e extração de óleo.

Essa expansão do produto teve duas conseqüências dignas de nota. Por um lado, estimulou na população rural a opção pelo plantio daquela cultura, o que trouxe novas possibilidades de lucro e renda para agricultores e comerciantes, embora pudesse também ter inibido outras atividades econômicas. De outro lado, fortaleceu-se com isso a indústria de fiação e tecelagem local, muito embora houvesse grandes obstáculos a superar, notadamente os relativos à concorrência de outros Estados, que também possuíam indústria no ramo, melhor capitalizadas, com maior tecnologia e, portanto, capazes de ameaçar a comercialização do produto local.

Em vista das dificuldades da industrialização e do estágio ainda relativamente atrasado da fiação e tecelagem cearenses, o grande destino do algodão será mesmo a exportação. Do total produzido no Ceará, apenas seis mil e cem toneladas foram consumidas nos estabelecimentos manufatureiros da Capital, de Aracati e Sobral. Conclui-se, à vista desse dado, que a indústria inglesa de tecidos continuava a ser uma grande consumidora do algodão produzido no Ceará, exportado em quantidades apreciáveis também para a Alemanha, a França, a Holanda e a Bélgica, como também para Portugal (Nobre, 1989, p. 229 – 230).

As décadas seguintes até 1950 podem ser resumidas a partir de um quadro de pequenas modificações ocorridas na estrutura produtiva cearense. A exportação

continuou sendo uma atividade importante da economia local, inclusive marcando um certo destaque da performance estadual em relação às economias pernambucana e baiana, principalmente em relação à primeira, enredada em dificuldades advindas de sua dependência da cultura canavieira. Do ponto de vista industrial, a ausência de um fornecimento estável e suficiente de energia elétrica fez com que o Ceará passasse a perder cada vez mais espaço para os outros dois Estados nordestinos, que se aproveitavam do potencial energético fornecido a partir da cachoeira de Paul Afonso e da hidrelétrica ali sediada.

No entanto, algumas iniciativas realizadas na década de 50 começaram a despertar no Estado a consciência da necessidade de um desenvolvimento maior da economia local. Em 1954, através da Lei nº 2.461, de 30 de outubro, foi criado o Conselho Estadual de Economia, uma tentativa do Governo Estadual de dar início ao enfrentamento da questão. O Conselho realizou um diagnóstico da economia local, publicado em 1956, denominado *Aspectos da Economia Cearense – Contribuição para um programa de Desenvolvimento*. No mesmo ano de 1954, foi criada a Universidade do Ceará, que, baseada no slogan “o universal pelo regional”, organizou o seu Instituto de Pesquisas Econômicas, dirigido pelo economista Paulo Roberto Coelho Pinto. Do trabalho do Instituto, em parceria com o Banco do Nordeste, resultou a iniciativa do Centro de Produtividade do Nordeste – CEPRON. Além dessas iniciativas públicas no sentido de análise, diagnóstico e proposição de políticas para o desenvolvimento do Ceará, foi criado, através de iniciativa particular, o Instituto do Nordeste, com sede em Fortaleza.

Outra iniciativa importante, desta feita ligada a atitude empresarial, foi a criação da Organização do Desenvolvimento Econômico do Ceará, em 10 de setembro de 1952. O órgão pretendia propor soluções para os problemas econômicos do Estado, através da pesquisa das alternativas adequadas à execução. Para tanto, visava buscar manter relações com as associações de classe, instituições culturais e demais sociedades ativas para, “*por intermédio de classe e com elas emprestar o colaboração útil ao Poder Público...*” (apud Nobre, 1989, p. 257). Além disso, nos seus estatutos estava provisionada a idéia de participação das chamadas *classes produtoras* na administração pública, embora fossem vedadas as manifestações de caráter puramente político-partidário.

Essa idéia de participação na administração pública foi vista com desconfiança pela sociedade cearense e uma

candidatura promovida no contexto da idéia de participação empresarial na administração pública foi derrotada, quando o industrial Diogo Vital de Siqueira candidatou-se à Prefeitura de Fortaleza. Em seu *Manifesto ao Povo*, divulgado após a constituição da Organização, podia-se ler:

Comecemos, portanto, reconhecendo o grande mal que temos a carretada dessa posição de displicência, mesmo de omissão, das classes produtoras, com relação aos negócios públicos... Muito longe estamos de aconselhar ou preconizar a ingerência das classes (produtoras) na política partidária, antes a desaconselhamos e mesmo a combatemos. Devemos, sim, influenciar a política social e econômica do governo, com ele colaborando intensa e praticamente, apresentando-lhe sugestões, equacionando problemas, oferecendo soluções, harmônica (sic), ainda que independentemente, com tudo está determinado nas nossas disposições estatutárias (apud, Nobre, 1989, p. 259, ênfase acrescentada).

O discurso da Organização do Desenvolvimento Econômico do Ceará preconizava então a idéia de influir sobre o poder público sem, no entanto, derivar a partir daí para a política partidária. De alguma forma, será esse mesmo pensamento que mobilizará o movimento do Centro Industrial do Ceará (CIC) a partir de 1978, quando os *juvens empresários* assumem a sua direção e passam a discutir ativamente os destinos da vida econômica estadual e regional. A questão do desenvolvimento, como de resto em todo o País, fazia parte da agenda política do empresariado, embora de forma ainda tímida e sujeita às resistências enfrentadas pela Organização.

A partir destas manifestações e em meio a um contexto nacional que favorecia a discussão do problema do desenvolvimento, em especial, da região Nordeste, o Governo Estadual cearense irá promover, na década de 1960, o início da formação de uma estrutura burocrático-administrativa voltada para a questão

econômica. Assim, a título de exemplo, houve uma reestruturação administrativa — no ano de 1967, no governo de Plácido Castelo, através da Lei nº 8.579, de outubro de 1967 — que importou na criação da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio⁴. Nessa mudança, prevaleceu o espírito de tentar dotar o Executivo estadual de capacidade para promover o setor industrial local. Neste sentido, o Estado do Ceará passou, em concomitância aos incentivos federais, a patrocinar iniciativas no setor industrial, baseando sua ação em isenções e privilégios, por tempo determinado. Seguindo ainda a orientação da Sudene e do Banco do Nordeste (BNB), a industrialização passou a contar com diversos instrumentos; dentre eles, foram criados os *distritos industriais*, cuja responsabilidade de localização e implantação cabia aos estados, segundo as vantagens locais e as condições e fatores de infra-estrutura de serviços.

A política mais geral de industrialização orientou-se então por duas linhas. A primeira visava dar condições para a atração do investidor externo, fosse brasileiro ou estrangeiro. A outra tinha como propósito dar apoio ao desenvolvimento do próprio empresário estadual, oferecendo oportunidades decorrentes de projetos cujos estudos de viabilidade já estavam feitos e as possíveis fontes de financiamento identificadas. No entanto, como informa Nobre (1989), esse esforço não foi bem sucedido, pelo menos até a metade da década de 1970, pois a concorrência com os Estados da Bahia e Pernambuco impediu a vinda do investidor externo, restando assim a alternativa local, que, como veremos na próxima seção, surtiu efeitos de longo prazo, representados pela ascensão ao poder do grupo empresarial liderado por Beni Verase Tasso Jereissati e abrigado no Centro Industrial do Ceará (CIC).

Paradoxos da industrialização cearense: 1960 - 1987

A discussão da seção anterior nos remete à necessidade de observar os caracteres primordiais dos efeitos do processo de intervenção do Estado, através da Sudene, no território cearense. A ação daquele órgão, especialmente a partir da década de 1970, teve uma série de implicações para o perfil da inserção regional no contexto econômico brasileiro. Como aponta a

4. Como informa Nobre: "Ocorreu no governo Virgílio Távora a criação do Distrito Industrial de Fortaleza e do Banco de Desenvolvimento do Ceará - BANDECE, sendo certo que este Estado contou, desde então, com um dos mais completos sistemas de apoio à industrialização, integrado, ainda, pelas já mencionadas Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará - SUDEC e Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio" (1989, p. 269).

literatura, a partir daqueles anos, houve um processo de desconcentração espacial da riqueza no território, ao lado de um movimento de integração econômica do Nordeste aos movimentos mais gerais da economia nacional (Guimarães Neto, 1989; Araújo, 1995, 1997; Bonfim, 1997; Oliveira, 1990).

Outro ponto importante desta discussão sobre os efeitos da atuação do planejamento federal sobre o Nordeste diz respeito ao caráter heterogêneo dos resultados alcançados no interior da própria região⁵ (Araújo, 1997; Guimarães Neto, 1997; Oliveira, 1990). Neste caso, trata-se de ressaltar o aspecto diferenciado do desenvolvimento obtido pelos estados, a partir da matriz de políticas e capitais utilizados para a promoção do crescimento econômico. A concentração espacial dos benefícios da industrialização regional é a característica mais contundente a ser observada, pois Bahia, Pernambuco e Ceará concentraram, em suas regiões metropolitanas, cerca de dois terços de todo o Produto Interno Bruto regional. Acrescente-se ainda que, mesmo entre esses três estados, os traços básicos da modernização experimentadas por eles variou de maneira muito significativa.

Segundo Abu-El-Haj (1997), é possível dividir a influência da ação da Sudene sobre o desenvolvimento econômico do Ceará em duas fases principais, ligadas aos mecanismos de incentivos fiscais adotados para atração de investimentos industriais para o Estado. A primeira fase corresponde à vigência do chamado Artigo 34/18: Artigo 34, do Decreto Lei nº 3.995, de dezembro de 1961 e as emendas introduzidas pelo artigo 18 do Decreto Lei nº 4.239, de junho de 1963. A segunda fase foi iniciada pelo Decreto Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, que modificou o Artigo 34/18, constituindo o chamado Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), que passou a constar como o principal mecanismo de incentivo fiscal voltado à promoção da industrialização nordestina, tendo como novos parâmetros a ideia de utilizar “*alógica do mercado no estímulo à exportação de produtos industrializados e semi-industrializados, à importação de tecnologia avançada e métodos modernos de gerenciamento das empresas*” (1997, p. 329).

Neste sentido, a primeira fase foi marcada pela timidez dos recursos aportados ao Estado e, de outro lado, pela

forte concentração espacial dos investimentos e pelo efeito reduzido desses sobre a geração de empregos na região. Segundo dados da Sudene (*apud*, Abu-El-Haj, 1997), até 1968 a Bahia havia recebido cerca de 39% do total de recursos do fundo do Artigo 34/18, gerando cerca de 15.500 empregos. Pernambuco recebera cerca de 36% dos mesmos recursos, ocasionando apenas 2.563 empregos e o Ceará, com apenas 8,6% do montante disponível para investimentos, criou 9.779 novos postos de trabalho. A explicação para tal diferença resulta do perfil dos investimentos atraídos. Assim, os Estados da Bahia e Pernambuco abocanharam cerca de 90% dos recursos destinados às indústrias de capital intensivo e o Ceará fortaleceu o seu parque tradicional, voltado ao setor têxtil, alimentício e de vestuário.

Mesmo com a mudança no mecanismo de incentivo à atração de investimentos, o perfil da indústria cearense não modificará muito significativamente, ficando ainda concentrado naqueles setores que já faziam parte da tradição industrial local. Além disso, conforme mostra Araújo (1995), o Ceará vem participar do esforço de industrialização da Região num momento posterior àquele verificado para a Bahia e Pernambuco. Tendo sua fase mais importante sido iniciada em 1978, a expansão da industrialização do Ceará vinculou-se fortemente à perspectiva de desenvolvimento de pólo têxtil e de confecções, o que trouxe conseqüências sobre o perfil do dinamismo da economia estadual.

O pólo, ligado à indústria tradicional, aproveitou as potencialidades e a tradição da região, promovendo uma integração entre a indústria local e o mercado consumidor nacional. No entanto, ao fazê-lo, não conseguiu dotar aquela economia de um setor forte na acumulação de capital, induzindo à permanência da subordinação do Estado a outros mercados e ao Governo federal na captação de investimentos produtivos. Outro aspecto do planejamento econômico ao ter induzido a expansão da indústria têxtil em relação com o fato de que

encontra-se nela um limite de poder na geração de efeitos para frente e para trás. O setor têxtil tem a restrição de se interrelacionar industrialmente de modo significativo apenas com os próprios subsetores têxteis e de confecções. Em

5. Como observa Araújo (1995): “... deve-se ressaltar que nunca houve um Nordeste economicamente homogêneo e que, historicamente, era possível destacar pelo menos três subconjuntos socioeconômicos característicos, em virtude de diferentes processos de ocupação” (1995, p. 138).

contraposição, esta indústria tem inter-relações expressivas com a agricultura, sem contudo contrabalançar a fechada relação dentro do próprio setor... (Soares e Cartaxo, 1987, p. 243).

Portanto, a opção têxtil representa uma possibilidade e um limite ao crescimento da economia cearense. Possibilidade à medida que viabiliza o crescimento do setor industrial e conduz ao crescimento da região e, como vemos, à renovação das forças políticas locais. Limite quando se nota que não é possível levar muito adiante o crescimento econômico sem uma diversificação do parque industrial local, incorporando atividades mais dinâmicas, do ponto de vista da acumulação interna de capital.

Por sua vez, Abu-El-Haj (1997) aponta que foram essa alternativa ligada ao desenvolvimento do Pólo Têxtil e de Confecções, juntamente com as características que o FINOR imprimiu às empresas por ele beneficiadas, os passos decisivos para dar condições ao surgimento de um grupo empresarial, como aquele que se abrigou no Centro Industrial do Ceará (CIC). Em sua perspectiva, a ação do FINOR foi direcionada por dois princípios básicos: a concorrência e a competitividade. A primeira viria no contexto da exportação e da capacidade da indústria local de conquistar mercados, enquanto a segunda se daria através da modernização tecnológica e da incorporação de um gerenciamento científico. Em sua concepção então, “o Ceará se beneficiou diretamente do apoio na forma de instalação, ampliação e modernização.

O fortalecimento da indústria tradicional do Ceará, o avanço tecnológico da indústria, a organização competitiva de empresas de médio porte, a adoção da concepção empresarial de Sociedade Anônima e a inserção competitiva nos mercados nacionais e internacionais foram elementos decisivos para moldar o comportamento político e a ideologia dos empresários do CIC” (Abu-El-Haj, 1997, p. 331, ênfase acrescentada).

O autor ressalta assim que estas condições implantadas pelo FINOR tiveram ainda uma conseqüência adicional sobre parte do empresariado cearense, qual seja, forneceu-lhes uma visão autonômica em relação ao

Estado, justamente por esses caracteres de privilégio da concorrência e competitividade conformados na estrutura de incentivos do FINOR. Para comprovar seu ponto de vista descreve o perfil do empresário que fazia parte do Centro Industrial do Ceará (CIC), baseado nos seguintes aspectos: 1) empresário engajado em atividades industriais tradicionais; 2) médio empresário; 3) e inserido em mercados complexos e de altos lucros.

Neste sentido, o projeto político desses *juventes empresários* é descrito pelo autor como incorporador de uma crítica severa à estatização e do intervencionismo desenvolvimentista do setor público. Além disso, defendiam intransigentemente a economia de mercado e a propriedade privada como sendo os dois pilares essenciais de uma sociedade aberta e democrática. Ademais, também criticavam a posição dos organismos corporativos de organização do empresariado, especialmente a Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), que consideravam pouco atuante e por demais ligada a estrutura de interesses políticos patrimoniais e clientelistas das elites políticas locais. E, finalmente, tinham uma posição definida sobre a defesa do Nordeste e a condenação dos desequilíbrios interregionais do país. Como afirma Abu-El-Haj, “a modernidade foi definida como a separação do público do privado, economia competitiva e Ética empresarial” (1997, p. 334).

Há um ponto que merece destaque nesta análise de Abu-El-Haj (1997). Parece bastante sujeita a crítica a ilação de que os mecanismos de incentivo fiscal implantados no Brasil, através da atuação da SUDENE, tenham tido o impacto extremamente significativo que o autor atribui à formação daquele grupo empresarial, à sua característica ideológica e visão sobre o desenvolvimento estadual e regional. Em primeiro lugar, caberia questionar o porquê desses mecanismos terem possuído esse impacto apenas no Ceará e não em outros estados. Depois, seria também interessante indagar sobre quais outros aspectos se poderia aduzir à análise, na tentativa de ampliar essa discussão sobre os condicionantes envolvidos na explicação disso que estamos chamando aqui singularidade cearense.

Com relação ao primeiro questionamento, é necessário acrescentar algumas idéias na tentativa de relativizar a importância que o autor confere às características do FINOR como indutor de modificações na postura do empresariado. Saliente-se, então, que, embora a literatura regional não apresente estudos de casos passíveis de serem adicionados ao exemplo cearense, o

argumento do autor faz sentido à medida que a ele se soma a idéia de que um outro fator fundamental para as mudanças ocorridas no seio empresarial e, posteriormente, político do Ceará, foi a característica da composição dos capitais empregados, em que o próprio empreendedor local aparece como o ator-chave nos destinos do crescimento econômico estadual (Araújo, 1995). O que queremos dizer, então, é que, sem essa composição específica de recursos locais empregados no desenvolvimento cearense, a ideologia do FINOR não poderia ter atuado com tanta força quanto sustenta Abu-El-Haj (1997).

Mais crível ainda figura esse argumento quando lembramos o raciocínio exposto há pouco quanto às características do crescimento do Ceará, voltado para um setor tradicional de limitada capacidade de gerar efeitos de acumulação. Assim, foi exatamente esse contraste entre um desenvolvimento pouco dinâmico, atado aos capitais locais, e a necessidade de atrair novos investimentos, em setores de maior capacidade de alavancamento da economia cearense que representou, ao nosso ver, a base sobre a qual se consolidaram as condições para atuação política do grupo do CIC.

Poder-se-ia dizer que o setor têxtil e de confecções significou a um só tempo o obstáculo e a possibilidade de superação da economia local, à medida que, exposto à concorrência e à competitividade, projetou idéias autonomistas no empresariado local, obrigado a sair à busca da ampliação do conjunto de fatores que definiriam o futuro de suas atividades, entre eles, a conquista do poder político (Payne, 1994).

Lemenhe aduz à análise de Abu-El-Haj outro elemento crucial para nossa exposição. Em suas palavras,

dir-se-ia então que, ao longo do processo de organização política dos industriais, as ais e abetas em meados dos anos 70 e começo dos 80 levamos empresários à desabeta da democracia e a combeterem as formas tradicionais de exercício do poder como incompatíveis com a racionalidade do capital. O índice

negativo de crescimento do setor industrial entre os anos de 1980 e 1983 e o clientelismo praticado pelo promissor Gonzaga Motta viriam a servir de provas mais imediatas da pertinência das críticas às elites políticas locais... (Lemenhe, 1995, p. 206)

Assim, a ascensão de Tasso Jereissati e do grupo empresarial que liderava⁶ representou uma oportunidade política de retornar um eixo de atuação estatal que favorecesse novamente o crescimento econômico estadual, invariavelmente ameaçado em função do estado das contas públicas estaduais durante o governo de Motta (1983-1987). Obviamente, essa foi uma circunstância que determinou apenas e tão somente a chegada dos empresários ao poder, podendo ser entendida como um fator conjuntural, que levou à decisão de participar da política com representação própria e não mais através das estruturas tradicionais até então vigentes no Estado.

No entanto, esse aspecto de conjuntura revela possuir enorme importância quando se procura entendê-lo dentro do contexto paradoxal que se montou como resultado da atuação da SUDENE no território cearense. Ao enfatizar as tradições industriais do Estado, os incentivos ajudaram a consolidar uma elite empresarial cuja sobrevivência econômica dependia fortemente da capacidade estatal de manter os fundamentos macroeconômicos locais em situação minimamente sustentável, em função de sua dependência dos recursos públicos para continuar o processo de ampliação de seus negócios. Assim, as crises econômicas nacional e estadual, do início da década de 80, configuraram um quadro de debilidade muito perigoso para os interesses econômicos futuros daqueles elites, empurrando-as para uma radicalização e posterior ruptura com as estruturas de poder que alimentaram seu próprio nascimento. Novamente, é menos a ideologia que Abu-El-Haj descreve como orientadora do investimento privado incentivado pelo FINOR, e muito mais a composição local dos capitais incentivados que irá aparecer como característica marcante do processo de consolidação do poder político dos chamados *juventes empresários*.

6. É importante ressaltar que, apesar da enorme repercussão da atuação de Tasso Jereissati à frente do Governo do Ceará durante a última década, o mentor intelectual do grupo e organizador das idéias e da mobilização dos *juventes empresários* no Centro Industrial do Ceará (CIC), desde o seu primeiro momento, ficou a cargo do Vice-Governador do Estado, Benedito Clayton Veras, mais conhecido como Beny Veras,

Neste sentido, as circunstâncias da formação econômica do Ceará irão ter influência decisiva sobre a constituição da agenda dos *Governos das Mudanças*. Por um lado, do ponto de vista político, no primeiro governo Jereissati (1987 – 1990), será travada uma luta para afastar e/ou subordinar as lideranças tradicionais do Ceará em relação ao centro do poder estadual. O êxito da estratégia adotada terá reflexo sobre o pleito municipal de 1988 e, notadamente, na expressiva vitória do PSDB em 1990.

Do ponto de vista administrativo, a ênfase adotada será a da necessidade de ajustar as contas estaduais, para que o Estado recuperasse sua capacidade de intervenção e investimento, essenciais para as pretensões de crescimento econômico embutidas na proposta política do novo grupo.

Finalmente, do ponto de vista do desenvolvimento, foi-se constituindo uma estratégia de longo prazo, a partir de um diagnóstico dos entraves e potencialidades da economia estadual⁷, fazendo surgir um plano mais amplo que, incorporando noções como a da participação política, desconcentração estadual da riqueza e o planejamento estratégico de longo prazo, definiu prioridades de investimentos, uma política estadual de incentivos à atração de capital privado e finalmente, um projeto de mudança do perfil industrial do Estado, de maneira a que este possa superar as dificuldades impostas por sua primeira estrutura, ligada a setores industriais tradicionais.

Essas redefinições são tanto mais importantes quanto se observa que o empresariado local continuou mobilizado no sentido de influir na definição das políticas públicas ligadas aos seus interesses mais gerais. É assim que surge, durante o Governo Ciro Gomes (1990 – 1994), o *Pacto de Cooperação*, que se define por ser uma tentativa de criar um movimento de parceria entre o Governo e os empresários, na perspectiva de repensar a estrutura econômica cearense (Rebouças *at alli*, 1997).

Essa experiência cearense pode ser encarada de duas formas importantes. Em primeiro lugar, sugere o aprofundamento da visão empresarial local com relação aos problemas da sua economia e dos constrangimentos

por eles enfrentados no sentido de consolidar e expandir seus negócios. Neste sentido, representaria um aprofundamento do modo de atuação do Centro Industrial do Ceará (CIC), ampliando a participação das elites empreendedoras nos destinos dos negócios públicos, de maneira mais aberta (Rebouças *et alli*, 1997, p. 105) e, em certo sentido, menos corporativa, ou vinculada à idéia dos anéis burocráticos.

Em segundo lugar, o *Pacto* parece ter funcionado como um mecanismo positivo de apoio ao processo de ajuste fiscal cearense, decorrente da possibilidade de diálogo aberta entre os empresários e o setor de arrecadação governamental, no sentido de viabilizar entendimentos para a redução de alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em alguns ramos da atividade econômica estadual que passavam por dificuldades. Neste sentido, o *Pacto* ampliou as já enormes possibilidades de atuação dos empresários na reivindicação de seus interesses, abrindo espaço para um aumento do número de atores e demandas envolvidas no processo de definição da política de desenvolvimento estadual.

A conclusão que se pode adiantar acerca da discussão aqui realizada diz respeito ao aspecto singular da experiência recente do Ceará, que permitiu a criação, a partir de um dos estados mais pobres do País, de uma elite empresarial que impõe sua hegemonia a toda a sociedade, destacando-se de uma circunstância de nascimento visivelmente acanhada, que em nada poderia antecipar o destino a que seria entregue muitos anos mais tarde. A ascensão do grupo de CIC ao poder representa, então, uma ruptura com a situação de modernização de superfície característica do *modus operandi* das velhas estruturas de poder tradicional, que procuraram controlar o passo e a profundidade da caminhada do Estado rumo ao moderno. Neste sentido, talvez não seja o caso de falar em fim do governo oligárquico no Ceará, menos ainda de exaustão da política tradicional, contudo é mister afirmar que, desde 1987, o caminho trilhado pelos governos cearenses importa em um rompimento com a possibilidade de retorno à situação anterior. Não existe mais um poder político de extração agrária ou comercial disponível

7 Dois pontos parecem fundamentais para a compreensão da visão dos empresários do CIC sobre o desenvolvimento do Ceará. Em primeiro lugar, no período anterior à sua chegada ao poder, o CIC promoveu intensos debates sobre a questão do desenvolvimento econômico nacional e regional, que redundaram na produção de documentos importantes para o entendimento de suas posições acerca da questão. De outro lado, houve sempre, de parte do grupo, uma preocupação fortemente regionalista, apresentada em seminários, no discurso político dos membros do grupo e, mais recentemente, na atuação parlamentar dos membros daquela instituição” (Lemenhe, 1995).

como alternativa concreta de governo, embora não se haja também construído uma alternativa no outro pólo, dada a frágil capacidade aglutinadora da esquerda política local.

Bibliografia

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. (1997), "Neodesenvolvimentismo no Ceará: Autonomia Empresarial e Política Industrial", *Revista Econômica do Nordeste*, volume 28, nº 3, pp. 327 – 345.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. (1997), "Herança de Diferenciação e Futuro de Fragmentação". *Estudos Avançados*, nº 29, vol. 11, jan-abril.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. (1995), "Nordeste, Nordeste: Que Nordeste?", in R. B. Álvares Affonso & Pedro L. B. Silva (orgs.), *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*, São Paulo, Fundap/Editora da Unesp.
- BONFIM, Washington Luís de S. (1993), *Federalismo Oligarquia: um modelo interpretativo do sistema político cearense na 1ª República*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Mestrado, mimeo.
- BONFIM, Washington Luís de S. (1997), "Modernização, Política e Discurso Regionalista no Nordeste do Brasil", in *Revista Econômica do Nordeste*, volume 28, nº 2, pp. 163 – 177.
- GIRÃO, Raimundo. (1986), *Evolução Histórica Cearense*. Fortaleza, BNB.
- GIRÃO, Raimundo. (1988), *A Abolição no Ceará*. Fortaleza, Prefeitura Municipal de Maracanaú, 4ª edição.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. (1989), *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife, Editora Massangana.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. (1997), "Trajetória Econômica de uma região periférica". *Estudos Avançados*, nº 29, vol. 11, jan-abril.
- HADDAD, P. R., MAGALHÃES, A. R. & SILVA, P. F. e. (1994), *Ceará: Finanças Públicas e Perfil Sócio-Econômico*. Relatório Preparado para o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Versão para Discussão. Mimeo.
- LEMENHE, Ma. Auxiliadora. (1995), *Família, Tradição e Poder: O caso dos Coronéis*. São Paulo/Fortaleza, Annablume/UFC.
- MARTIN, Isabela. (1993), *Os Empresários no Poder: O Projeto Político do CIC (1978 – 1986)*. Fortaleza, Sec. da Cultura e Desporto do Estado do Ceará.
- NOBRE, Geraldo. (1989), *O Processo Histórico de Industrialização do Ceará*. Fortaleza, Federação das Indústrias do Estado do Ceará.
- OLIVEIRA, Francisco. (1990). "A Metamorfose da Arribaça. Fundo Público e Regulação Autoritária na Expansão Econômica do Nordeste", *Novos Estudos do Cebrap*, nº 27, pp. 67 – 92.
- PAYNE, Leigh A. (1994), *Brazilian Industrialists and Democratic Change*. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press.
- PINHEIRO, Francisco José. (1989/90), "O Homem Livre-pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará, 1885 – 1890". *Revista de Ciências Sociais*. Vol. 20/21, nº 1/2, pp. 199 – 230.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. (1989/90), "Vaqueiros, Agricultores, Artesãos: origens do trabalho livre no Ceará colonial". *Revista de Ciências Sociais*. Vol. 20/21, nº 1/2, p. 1 – 29.
- REBOUÇAS, Osmundo *et alli*. (1997), *Gestão Compartilhada. O Pacto Ceará*. Rio de Janeiro, Qualitymark Editora.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. (1998), *Décadas de Espanto em uma Apologia Democrática*. Rio de Janeiro, Rocco.
- SOARES, Francisco de A. & CARTAXO, Sandra Maria S. (1987), "Economia Cearense: a indústria têxtil no contexto da indústria de transformação". *Revista Econômica do Nordeste*. Vol 18, nº 2, pp. 243 – 262.
- SOARES, Francisco de A. & ROCHA, Francisco J. S. (1994), "Nordeste Brasileiro: Dinâmica Econômica dos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará". *Revista Econômica do Nordeste*. Vol. 25, nº 2, pp. 261 – 278.
- SUDENE; BNB. (1992), *Relatório da Pesquisa sobre o desempenho da indústria incentivada do Nordeste*. Recife, SUDENE.

VASCONCELOS, J. R. & ALMEIDA, Manoel B. & SILVA, Almir B. (1999), *Ceará: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos anos de 1985 a 1996*. Brasília, IPEA, Texto para Discussão, nº 627.

VASCONCELOS, J. R. (1999), *Ceará, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986 a 1996*. Brasília, IPEA, Texto para Discussão, nº 626.

VASCONCELOS, José Romeu & VERGOLINO, José Raimundo. (1999), *Pernambuco: Economia, Finanças Públicas e Investimentos nos anos de 1985 a 1996*. Brasília, IPEA, Texto para Discussão, nº 628.

VERGOLINO, José Raimundo de O. & MONTEIRO NETO, Aristides. (1998), *Desafios do Desenvolvimento em Pernambuco*. Recife, Banco do Nordeste.